

RESUMO DO CONSELHO GERAL (CG) de 19/04/2021

Ordem de trabalhos:

I- Informações;

II- Aprovação do Relatório de Contas de Gerência de 2020;

III- Nomeação da comissão eleitoral por cada escola abrangida pelo Orçamento Participativo das Escolas, em cumprimento do artº 7º do despacho n.º 436-A/2017 de 6 de janeiro;

IV- O acolhimento das creches nas escolas:

1) as limitações quanto às instalações físicas (nas próprias salas e nos parques escolares) e aos materiais didáticos e respetivas propostas de solução;

2) a discussão sobre a articulação do projeto pedagógico com os restantes ciclos de aprendizagem;

3) a análise dos problemas de pessoal e com que o pessoal está confrontado na prática diária;

V- Outros assuntos.

Ponto I

A presidente do CG informou que relativamente à decisão do CG tomada a 1 de março, em relação ao recurso, sobre a decisão final de aplicação de medida disciplinar, interposto a este órgão a requerente, solicitou a impugnação da decisão, visto esta não ter qualquer validade, uma vez que não se encontrava assinada e por esse motivo a decisão era considerada nula.

Foram-lhe apresentadas as razões para o facto de o ato não ser considerado nulo, dado que a deliberação sobre o recurso da decisão final do processo disciplinar foi tomada em reunião realizada em 1 de março de 2021 e registada em ata, pelo que o ato administrativo referente à deliberação foi praticado e assinado.

Posteriormente foi apresentado um novo requerimento de arquivamento do processo disciplinar e a não aplicação de qualquer sanção disciplinar ao aluno.

A presidente informou que de acordo com os normativos legais aplicáveis (CPA e Estatuto do Aluno e Ética Escolar) após a decisão proferida pelo Conselho Geral deste agrupamento, órgão a quem compete apreciar o recurso e decidir sobre o mesmo, não há mais possibilidade de impugnação administrativa para o Conselho Geral.

Ponto II

Feita a apreciação global do relatório de Contas de Gerência de 2020 verificou-se que o Conselho Administrativo procurou:

- ✓ Efetuar uma gestão racional dos recursos orientada para os fins pedagógicos e para a melhoria das condições de trabalho de todos os membros da comunidade educativa, dando prioridade à

aquisição do material didático solicitado pelos diversos grupos disciplinares, para uso em sala de aula, bem como ao enriquecimento do acervo das bibliotecas escolares, tendo sido adquiridas obras para as bibliotecas de todas as escolas no valor global de 5161.67€.

- ✓ Direcionar as prioridades para o material informático, dada a pandemia e o consequente ensino à distância, tendo adquirido, com as verbas do Orçamento de Despesa com Compensação em Receita (ODCR) 30 tablets, que emprestou aos alunos ainda no 3º período, 50 câmaras e dois computadores portáteis para os serviços administrativos.
- ✓ Dar continuidade a uma política de combate ao desperdício, designadamente de material de consumo (economato), papel de fotocópia, eletricidade e água.
- ✓ No âmbito da requalificação, proceder à aquisição de cortinados para algumas das salas da escola Básica Eugénio dos Santos, para melhorar o uso dos projetores nas aulas.
- ✓ Foi possível cumprir a generalidade dos objetivos, não tendo transitado encargos para a gerência seguinte. No entanto, a disponibilização tardia dos saldos constitui um constrangimento significativo na gestão das verbas do 1.º ciclo.

A representante dos pais e encarregados de educação, Lúcia Casqueira considerou que seria interessante:

- a discriminação da verba requisitada e das despesas, na atividade 192, por escolas e por ciclos;
- ver espelhada a quantificação das bolsas de mérito;
- ser elaborado um estudo que ajude a perceber por que motivo há mais alunos com ASE na EB Eugénio dos Santos e diminuem consideravelmente quando mudam para a Escola Secundária Rainha Dona Leonor.

A diretora informou que no início do ano é feito um pedido de orçamento e a verba atribuída vai sendo gerida. Ao nível do ODCR a quantia apurada este ano foi menor resultante das verbas dos alugueres, que por consequência do COVID, diminuíram.

Caso o CG pretenda ver a discriminação por ciclo, ter-se-á de fazer um documento próprio pois, à exceção do 1.º Ciclo, nos restantes níveis de ensino as verbas provenientes estão agregadas. Relativamente à questão dos alunos com ASE ser inferior na Escola Rainha Dona Leonor está relacionada, em grande parte, com as zonas onde habitam. Quando entram no secundário um dos critérios de acesso à escola é pertencer à área de residência da escola e que a maioria da população residente nesta zona, não reúne os requisitos para beneficiar de ASE.

O Relatório de Contas de Gerência de 2020 foi aprovado por unanimidade.

Ponto III

- ✓ No agrupamento foi apresentado um projeto “Circular em Segurança” por cinco alunos da turma C, do 8º ano da EB Eugénio dos Santos.”.
- ✓ A melhoria identificada tem como objetivo a beneficiação do espaço escolar, através da aquisição de bens.



- ✓ O CG nomeou uma comissão eleitoral, composta por um professor e um conjunto de estudantes de forma a assegurar o regular funcionamento da mesa de voto, sem prejudicar o normal prestação e assistência às atividades letivas.
- ✓ A eleição decorrerá no dia 18 de maio.
- ✓ Na EES a mesa de voto estará no átrio da entrada entre as 9.45h e as 15.30 horas, sendo constituída por três alunos efetivos e três suplentes, todos escolhidos entre os delegados e subdelegados do 8.º ano

O Conselho Geral foi unânime na insatisfação quanto à fraca adesão que teve o Orçamento Participativo das Escolas.

A professora Manuela Bastou referiu que tentou incentivar a sua turma, tendo inclusivamente uma proposta que já tinha sido apresentada no ano anterior e que poderia facultar, mas de facto não conseguiu mobilizar os alunos a participarem no OPE. Os alunos encontram-se exacerbados de trabalhos, ao que acresce ainda os constrangimentos relativos aos espaços físicos, o que limita a divulgação e o debate das propostas no espaço escolar.

A representante dos alunos, Beatriz Francisco corroborou a opinião da professora, tendo reforçado que este ano com a pandemia, não foi possível fazer as avaliações e agora está tudo acumulado. Parece-lhe que o orçamento deveria estar mais focado no 3.º Ciclo.

O representante dos pais e encarregados de educação, Bruno Venâncio questionou se não seria possível envolver as escolas do 1.º Ciclo e se haveria possibilidade de alocar uma verba para que houvesse Orçamento Participativo naquele nível de ensino, de modo a envolver todo o agrupamento, começando-se desde cedo a incutir o espírito de cidadania nos mais novos.

O representante da Junta de Freguesia de Alvalade, Ricardo Varela afirmou que o facto dos alunos não se envolverem, por iniciativa própria, neste tipo de projeto, acaba por se perder o objetivo do OPE. Quanto ao 1.º Ciclo, concorda que estes princípios e sensibilização devam ser incutidos nos mais jovens. Referiu ainda a disponibilidade da Junta de Freguesia para ajudar este tipo de iniciativas no 1º ciclo.

A professora Isabel Almeida disse que no 1.º Ciclo, os alunos são motivados e sensibilizados para as questões de cidadania, reforçou que nesta faixa etária as crianças são muito recetivas a temáticas que se prendem com estas problemáticas. Não vê que a questão financeira, ou a existência de um orçamento participativo seja de todo necessário. Considera que ao longo da transição de ciclos de ensino, e à medida que são exigidas mais responsabilidades ao nível da escola, os alunos canalizam os seus esforços para essas solicitações, descurando questões de cidadania.

Foi consensual que deveria ser prolongado o prazo para a apresentação das propostas para haver tempo de fazer a divulgação.

Assim, o CG indicou a data de 30 de abril para a entrega das propostas e o dia 18 de maio para a votação das mesmas.

Devido ao adiantado da hora decidiu-se que os pontos quatro e cinco da ordem de trabalhos seriam abordados na próxima reunião.

Lisboa, 11 de maio de 2021

A Presidente, Liliana Domingues

A Secretária, Isabel Almeida